

DA FONTE ORAL À HISTÓRIA ORAL: DEBATES SOBRE LEGITIMIDADE

Ricardo Santhiago¹

Introdução

Desde que a história oral ousou extrapolar a condição de fonte, desejando alçar autonomia disciplinar, tem sido chamada a assumir posições em diferentes debates que, via de regra, concentram um único objetivo: questionar a legitimidade da fonte oral, do historiador oral e do documento proveniente de seu trabalho. Tendo em vista a inexistência de um quadro conceitual reconhecido para além das barreiras da área, observa-se a necessidade de dissertar sobre o estatuto teórico de nosso trabalho.

Na verdade, o que nos compete é percorrer o caminho sinuoso indicado por alguns trabalhos empíricos e efetivamente traçado por pensadores que abraçam a ainda difícil tarefa de imputar à História Oral um arcabouço que lhe garanta autenticidade frente aos iguais e aos não-iguais. Difícil, como veremos, porque cada resultado encontrado ou apresentado pelos oralistas gera um novo problema, com resoluções tão necessárias quanto variadas e vagarosas.

A necessidade de buscá-las se justifica no próprio estado da arte da HO. Por um lado, os pressupostos que ela carrega não são aceitos integralmente pela academia; por outro, ela está plenamente aceita pelo público. Possivelmente, por sua raiz. No Brasil, assim como na América Latina, o florescimento e a ampla aceitação da história oral deve-se em grande parte à sua relação política de contestação aos regimes militares e de contribuição para a redefinição democrática. No panorama mundial, em momento anterior, a HO surge também como resposta e alívio para a Segunda Guerra Mundial.

A tarefa ganha complexidade à medida que lembramos a ineficiência da transposição pura dos parâmetros teóricos estrangeiros, talvez mais experimentados, para a realidade brasileira. Conforme pergunta Meihy,

Seria a nossa história oral apenas eco da história oral ‘primeiro-mundista’? Teríamos responsabilidades e compromissos específicos para com nossos meios sociais? Indo mais a fundo na questão, pergunta-se: os mesmos critérios analíticos usados para estudar a imigração ‘deles’ são válidos para ‘nós’? (...) Teriam ‘eles’ o que ensinar sobre imigração, sociedades indígenas, miscigenação, experiências de escravos negros e crianças abandonadas? (...) Enfim, serviriam para ‘nós’ os mesmos modelos europeus e norte-americanos? Teríamos que fabricar nossos

¹ Jornalista graduado pela PUC-SP, pós-graduado em Jornalismo Científico (LabJor/Unicamp), mestrando em História Social (FFLCH-USP). Pesquisador do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP) e do Núcleo de Estudos em Música e Mídia (MusiMid). Foi editor do site “MPB Hoje” (2002-2005) e do periódico “Oralidades: Revista de História Oral” (2006-2008). Atualmente, desenvolve o trabalho “História oral de vida de cantoras negras da MPB”, com bolsa Fapesp.

*próprios critérios analíticos? Isto seria possível?*²

Sem prescindir do diálogo com outras experiências acadêmicas, Meihy agrega à problemática do pensar HO essa especificidade: de onde falamos? Ainda que certas contendas se reproduzam em diferentes eixos, a história oral brasileira difere da norte-americana, da européia, da africana, mesmo da latino-americana, com marcas distintivas em seus temas, soluções e procedimentos.

Além disso, ela tem contribuído efetivamente para o pensamento dos oralistas no resto do mundo. As freqüentes citações a obras de autores como Verena Alberti e José Carlos Sebe Bom Meihy em trabalhos de autores estrangeiros o confirmam. Precisamente por isso, é urgente a tarefa de atualização teórica, além da difusão desses conhecimentos entre os oralistas que se dedicam com exclusividade à facção de trabalhos empíricos. Conhecer os dilemas da história oral e perceber de que modo eles aparecem como condição de produção para pesquisas, dissertações, teses e livros é fundamental, portanto, para que estes produtos possam se incorporar com justiça e justeza à área do conhecimento que lhes dá abrigo.

Percursos dissonantes de uma certa oralidade

Na segunda metade do século XX, quando a HO que hoje conhecemos começava a ser delineada, historiadores orais radicais chegavam a presentear a ciência dos homens no tempo com um aforismo: “toda história é história oral”. Em tom provocativo, o que queriam dizer é que qualquer documento – ou pelo menos grande parte deles – teria passado por um estágio oral. Para isso, traziam à tona o legado de Tucídides e Heródoto, mostrando que a presença da oralidade na história era tão antiga como autêntica. O advento da gravação eletrônica, nesse sentido, não seria mais que a incorporação de uma tendência moderna. Mas este aspecto corriqueiro que se tentou impingir à chegada dos gravadores não convenceu, requerendo, portanto, uma clareza em relação às posições científicas que estavam em jogo nos trabalhos da área.

Ela, entretanto, demorou a aparecer – e talvez tenha originado boa parte da desconfiança de que a HO é vítima. A possibilidade de gravar em fita depoimentos de protagonistas ou testemunhas de eventos do tempo presente estimulou a criação de inúmeros programas de história oral, bancos de entrevistas e centros de memória em várias partes do mundo. Porém, nem todas essas instituições buscaram sistematizar e aplicar seus conhecimentos práticos, passando a atuar com certa precipitação e antecipando o denunciado “boom memorialista”.

Os primeiros esforços de documentação foram feitos nos anos 50 pela Universidade de Columbia, que em seu *Oral History Research Office* decidiu registrar entrevistas com políticos e economistas norte-americanos, disponibilizando o resultado de seus trabalhos para gerações futuras. Só a partir dos anos 60 surgiu a corrente que buscou distinguir-se dessa “história das elites”, captando e documentando

² MEIHY, J. C. S. B. “História Oral: Desafios para o século XXI”. In: FERREIRA, M. M. (org.) *História Oral: Desafios para o século XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 88.

narrativas de vida de pessoas comuns e das minorias consideradas “sem voz”, e encontrando na “história dos vencidos” uma razão de ser para a HO. A partir de então, os historiadores orais se voltaram principalmente para estudos com grupos de mulheres, negros, trabalhadores, homossexuais. A adequação da HO ao registro da trajetória e do cotidiano dos grupos sociais desfavorecidos levou, inclusive, à adoção de sua prática por grupos e movimentos organizados³.

É na década de 70 que o trabalho intuitivo com HO cede lugar à sistematização, possibilitando a instrumentalização de suas técnicas para além de sua prática política imediata. Surgem modelos para a captação, documentação e tratamento de entrevistas, adensados com reflexões teóricas provenientes principalmente da Europa (Passerini, Portelli, Vilanova, Thompson), que ressoam anos depois no Brasil. Também nos anos 70, como resultado de um curso oferecido pela Fundação Ford, o Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas passa a registrar relatos orais de membros da elite brasileira sobre os processos formativos da política e da economia do país, resultando em uma das experiências mais bem-sucedidas com HO.

É verdade que o Centro teve ousadia e pioneirismo. Não apenas porque trabalhou sem estar sedimentado por textos locais e mesmo por traduções de textos estrangeiros, muitas vezes tendo que recorrer a métodos das ciências sociais. Mas também, e principalmente, por combater o paradigma estruturalista que considerava mais importante estudar as estruturas – as grandes instituições, as longas durações – que os indivíduos. Teve que se opor ao modelo de história predominante, que

*ao desvalorizar a análise do papel do indivíduo, da conjuntura, dos aspectos culturais e políticos, desqualificava o uso dos relatos pessoais, das histórias de vida e das biografias. Condenava a sua subjetividade, levantava dúvidas sobre as visões distorcidas que apresentavam, enfatizava a dificuldade de se obter relatos fidedignos.*⁴

Além disso, precisou lidar com uma especificidade do Brasil, onde a palavra *depoimento* conservava a conotação negativa adquirida durante o regime militar. Nos últimos anos da ditadura, bem como após a abertura democrática, foi necessário um trabalho de revitalização do termo e da idéia de *depor*. De modo geral, o ato de narrar causava medo e apreensão.

Mesmo nesse contexto, a linha adotada pelo CPDOC é tributária de uma tradição historiográfica que privilegia o elemento factual – por vezes considerando o resultado do depoimento equivalente à informação de um documento, de uma carta, de uma matéria de jornal. Embora, com o tempo, os pesquisadores da instituição mostrassem variadas expectativas, pelo menos em primeiro momento a fonte oral foi vista como possibilidade acessória: de complementação, de preenchimento de lacunas acerca de fatos desconhecidos – ainda que incorporasse lateralmente idéias de que o relato individual pode transmitir uma experiência coletiva ou a reserva de

³ A abordagem feminista de Daphne Patai, por exemplo, adquiriu relevância internacional e contribuiu efetivamente para a teorização e organização prática da HO.

⁴ FERREIRA, M. M. “Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: O caso do Brasil”. In: *História Oral, Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo: junho de 1998, nº 1, p. 21.

memória de um grupo.

Exemplo disso pode ser encontrado, por exemplo, em 1) nos textos de Verena Alberti (2004, 2006)⁵, em que ela considera sinônimas as expressões “história oral” e “fontes orais”, ou 2) nos tipos de pergunta feitos nas entrevistas iniciais do grupo, que buscam recuperar dados sobre a participação do indivíduo em um acontecimento específico. Hoje, podemos dizer, e trataremos disso adiante, que a criação da fonte oral é apenas uma das etapas da História Oral (e, paralelamente, que, se utilizada como subsidiária em outro tipo de trabalho, é apenas fonte, e não História).

De todo modo, começa na fonte o primeiro grande questionamento à HO, já superado – mas freqüentemente retomado por seus detratores. Diz respeito, precisamente, à impossibilidade da fonte oral equivaler às demais fontes históricas. Se o assunto já foi suficientemente discutido, é necessário recuperá-lo para avançar em direção ao debate estabelecido no presente momento.

Entre as questões levantadas, criticava-se principalmente: 1) o fato de um depoimento pessoal jamais ser representativo de uma época ou grupo e trabalhar com uma seletividade não fundada em bases científicas; 2) a falta de confiança em dados transmitidos pela oralidade – que seria, por natureza, falível e subjetiva; 3) a falta do distanciamento necessário à objetividade da pesquisa.

Abandonando uma história oficial que “*só fala do individual em termos universais: desafetivando acontecimentos, celebra uma história do gênero humano*”⁶, a história oral considera que a história abrange a todos – e que todas as experiências individuais são, por isso, históricas. Assim, prestigia o sujeito – *qualquer sujeito*, tão significativo quanto outro, dentro de seu grupo, como agente histórico. Em nenhuma comunidade de destino há indivíduos mais importantes ou emblemáticos que outros⁷.

A respeito da veracidade do depoimento oral, autores como Thompson se posicionaram repetidamente dizendo “*que a utilização de entrevistas como fonte por historiadores vem de muito longe e é perfeitamente compatível com os padrões acadêmicos*”⁸, acrescentando inclusive que elas foram usada para fins conservadores e mesmo anti-democráticos. Defendem que há maneiras de se comprovar a confiabilidade de cada depoimento – e se eles *podem ser* falhos, são falhos nas medidas das outras fontes.

O grupo dos *Annales*, abrindo caminho para a revolução documental do século XX, esbarra nesse ponto. Lucien Febvre, por exemplo, afirma que

*a história pode fazer-se, ela deve fazer-se sem os documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe usar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais.*⁹

⁵ ALBERTI, V. “Histórias dentro da História”. In: PINSKY, C. B. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 155-202. *Ouvir contar: Textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

⁶ MATOS, O. “A Narrativa: Metáfora e Liberdade”. In: COSTA, C. B. & MAGALHÃES, N. A. (org.) *Contar história, fazer História: História, Cultura e Memória*. Brasília: Paralelo 15, 2001, p. 14

⁷ SANTOS, A. P. *Ponto de vida: Cidadania de Mulheres Faveladas*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

⁸ THOMPSON, P. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 22.

⁹ FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 249.

Marc Bloch trata da multiplicidade dos testemunhos históricos, mostrando que todos os tipos de fontes têm valor – e que todas elas são passíveis de crítica, seja em sua feitura, transmissão ou tratamento.

*Os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em sal solo deriva da causas humanas que não escapam de modo algum à análise.*¹⁰

Assim, essas duas críticas feitas à história oral só fariam sentido se incorporadas a um debate mais amplo sobre a totalidade das fontes históricas. O documento também é questionável e limitado; nele também há subjetividade e seletividade. Posições ortodoxas como a de Fustel de Coulange sempre existiram e continuaram vivas em autores como Colingwood. Acreditando na idéia de que o historiador deveria re-presentar o passado em seu espírito, ele defende que o conhecimento sobre o passado não pode ser dado pela percepção nem pelo testemunho:

*O historiador não chega ao conhecimento do passado pelo simples facto de acreditar numa testemunha que presenciou os acontecimentos em causa e deixou registrado o seu depoimento. Esse tipo de mediação forneceria, não conhecimento, mas, quando muito, crença, e, mais ainda, crença mal fundada e improvável.*¹¹

De outro lado, nunca se falou das vantagens da fonte oral. De ser, por exemplo, sempre uma história do tempo presente, na qual historiador e objeto compartilham das mesmas categorias, para a qual convergem muitas outras fontes possíveis – existentes ou criadas. Para Lummis¹², nesse sentido, a história oral favorece a obtenção de informações limpas, descontaminadas das interferências de desencontros entre tempos e culturas.

Nesse cenário hostil, a saída encontrada não foi tentar colocar a História Oral à altura desse antigo paradigma; pelo contrário, procedeu-se com a criação de um *outro* paradigma, que se sedimenta exatamente sobre aquilo que os outros criticam. Sobre aquilo que está ausente de outras ciências. Ganha força naquilo que só a história oral pode revelar. Pode-se, na oralidade, recuperar outras visões e pontos de vista diferenciados, informar sobre o desconhecido, dar voz a quem não deixaria testemunho, matizar generalizações tácitas sobre certo grupo. Mas com esta História Oral se vai além.

A subjetividade dos depoimentos, as distorções nas falas, os erros, as omissões, os silêncios, a consciência, a percepção: tudo isso passa a ser encarado de uma nova maneira. A subjetividade torna-se assunto da história na história oral. O que era depreciado torna-se a grande força dessa nova área do conhecimento. A subjetividade será confiável na medida em que exista em sua materialidade – como

¹⁰ BLOCH, M. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. [1949] Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 83.

¹¹ COLLINGWOOD. “A história como re-presentação da experiência passada” [1946]. In: GARDINER, P. *Teorias da História*. 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 309.

¹² LUMMIS, T. *Listening to History*. New Jersey: Barnes & Nobel Books, 1987.

fonte, assim que seja transposta da oralidade fluida e dinâmica para o código escrito. Comentando o livro *Las ausencias presentes*, de José Woldenberg, Gallian (1991-92)¹³, afirma que

o valor da memória não está naquilo que o narrador possa esclarecer, informar (...) mas antes naquilo que ele pode transmitir como experiência vivida e revivida, como realidade subjetiva e única, como sabedoria, como 'aura'.¹³

Ainda que contribua com dados factuais retidos, a memória pode escolher, distorcer, esquecer. Manipula consciente e inconscientemente. Falha e fantasia. Sensações, medos, ansiedades, impulsos. Para a História Oral, nada disso é desvirtuamento, mas questão. Ela se importa com o passado imaginário, inventado das pessoas. O que elas acreditam é mais importante do que aquilo que de fato viveram. A pergunta essencial não é *há mentira?*, mas *por que há mentira?*. A subjetividade passa a ser, assim, objeto dos estudos em História.

Pela análise do subjetivo, aliás, pode-se chegar a uma das questões mais fundamentais para os historiadores: quais as intenções do homem. O pesquisador pode alcançar a compreensão por meio do discurso – do momento dialógico, do texto que lhe é semelhante. Pode encontrar vestígios da intenção humana dentro da narração de experiência pessoal, que abarca corpo e mente. A experiência, os pensamentos, as sensações, as intenções, o comportamento mental – tudo isso passa pelo conhecimento narrado.

Paul Thompson acrescenta outro valor importante para a história oral, lançando mão de dois exemplos brasileiros. Comentando a questão do turismo sexual, se diz curioso para descobrir porque, partilhando de uma mesma situação social, certas mulheres tornam-se prostitutas e outras não. A seguir, mencionando a migração, observa que existem em grande volume estatísticas sobre componentes como origem, gênero, trabalho e salário – mas que elas não explicam porque nem todas as pessoas migram.

No fundo, o que ele quer dizer é que, embora as estruturas sociais formem um contexto social que favoreça certa ação, elas não são o único fator determinante. As condições necessárias estão presentes para todos, mas quais são as questões suficientes que permitem certa ocorrência? Cruzam-se aí questões pessoais, mesmo de ordem psicológica, igualmente relevantes para as análises dos temas. São conteúdos que, dentro do campo da História, a História Oral pode contemplar. Por isso, a combinação de evidências quantitativas e qualitativas ganha grande força.

Sendo construção textual carregada de subjetividade, a História Oral requer por sua vez uma nova audição, como reivindica Mercedes Vilanova:

Las fuentes orales debemos escucharlas en estéreo como la música, con registros diferentes para cada oído. Por un lado escuchamos lo que nos dicen y por otro oímos lo que no nos dicen porque no lo

¹³ GALLIAN, D. M. C. “O historiador como inquisidor ou como antropólogo? Um questionamento para os ‘historiadores orais’”. In: *Revista de História*, FFLCH-USP, São Paulo: agosto de 91 a julho de 92, n° 125-126, p. 100.

*quieren compartir, porque no lo saben decir, o porque no lo sabemos preguntar.*¹⁴

Riqueza que tardou a ser descoberta, e que continua sendo balizada para além dos domínios da cientificidade. Após ser inserida no contexto universitário brasileiro, a história oral passou a ser considerada como uma fonte subsidiária, quando muito equiparável a todas as outras – com um grau maior de desconfiança. Passou, desse modo, a ser criticada com os mesmos parâmetros das demais fontes, o que a mutila e a alija de sua especificidade: a dupla força.

Se sabemos que História Oral pode ter um potencial factual, trazendo à luz fatos e informações desconhecidas (cuja aceitação depende da habilidade do historiador em fazer a crítica documental), sua originalidade está na articulação que o relato oral possibilita, combinando os dois tipos de informação: factual e subjetivo. No âmbito do trabalho que desenvolvemos¹⁵, de documentação e análise de histórias de vida de cantoras negras da música popular brasileira que não se vincularam ao samba ou a outros gêneros de origem negra, esse duplo é fundamental.

De um lado, vítimas de um processo de invisibilidade e silenciamento em diferentes graus, mulheres como Alaíde Costa e Rosa Marya Colin, intérpretes importantes para a consolidação da canção moderna, não têm sua trajetória pessoal e profissional adequadamente registrada. Talvez por isso até o momento se considere que as experiências pioneiras em produção musical independente sejam do pianista Antonio Adolfo¹⁶ e da dupla de compositoras Luli e Lucina¹⁷ – por desconhecimento do fato de que, em 1961, Alaíde Costa custeou a gravação do LP *Jóia Moderna*, simplesmente licenciado para a RCA Victor, e não produzido pela empresa.

Ao mesmo tempo, é também somente nas falas das cantoras que se pode perceber temas obscuros e considerados como tabus, por exemplo: 1) a “boa aparência” como instrumento para o reconhecimento artístico; 2) a Europa como possibilidade de trabalho onde a artista negra é aceita como “exótica” e se sente livre das pressões locais; 3) a resistência e a “ortodoxia” artística como estratégia de marcação identitária; e, sobretudo, 4) a presença de preconceito racial dentro do segmento musical, exercida por artistas, produtores e comunicadores.

Essa História Oral diz *não* aos trabalhos que dão à oralidade um baixo valor, utilizando-a de forma ilustrativa. Diz *não* aos trabalhos que usam entrevistas como meio de complementação, cruzando-a com fontes escritas e oficiais. Ruma, enfim, para uma História Oral pura, que não tem como fundamento o cruzamento e o cotejo entre fontes documentais e orais, entre a oralidade e a escrita. Uma História Oral pura que não deixa o depoimento perder sua especificidade de origem, sentido e finalidade; que faz diversas fontes orais conversarem entre si e reforça os sentidos da articulação entre memória e identidade.

Nesse sentido, *esta* História Oral deixa também de ser interdisciplinar, ou

¹⁴ VILANOVA, M. “La historia sin adjetivos com fuentes orales y la historia del presente”. In: *História Oral*, Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, junho de 1998, n° 1, p. 36.

¹⁵ Pesquisa de Mestrado intitulada “História oral de vida de cantoras negras da MPB”, orientada pelo Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy, com bolsa Fapesp.

¹⁶ Com o LP *Feito em Casa*, de 1977.

¹⁷ Com o LP *Luli e Lucinha*, de 1979. O nome do selo fictício criado para o disco é *Nós lá em casa*.

multidisciplinar, para se instaurar como disciplina. Idéia ainda polêmica, pouco aceita e discutida, mas que já esboça um estatuto teórico próprio, guia de trabalhos já em andamento.

História Oral e texto: A narrativa como forma de apresentação e leitura

A narrativa impressa integralmente é um aspecto conspícuo desta História Oral pura. Se parece exclusivamente formal, resulta do cruzamento de inúmeras premissas no horizonte dos oralistas.

Embora existam dúvidas a respeito de qual seria efetivamente o documento da história oral – a fita ou o texto –, ao menos no ambiente acadêmico a resposta é consensual. Não só porque dentro dele subsiste a prevalência da escritura, mas também porque a preocupação primordial de seus pesquisadores não é arquivística, e sim mais imediata, com vistas à elaboração de artigos, dissertações, teses ou livros. Em que pese um argumento importante a favor da fita – isto é, a preservação da característica oral da fonte¹⁸ –, o outro ponto mais comum levantado em sua defesa – o impedimento à manipulação – não tem bases coerentes: tanto os registros eletrônicos quanto os escritos podem ser alterados e danificados, dependendo unicamente da ética do pesquisador.

Embora a transcrição completa das entrevistas de histórias de vida tenha suas origens no texto de Daphne Patai, *Brazilian Women Speak*, é Alessandro Portelli quem, graças ao legado de sua experiência com as Literaturas, concebe a narrativa de história oral como texto – sendo, em sua materialidade, um gênero discursivo, com enredo, soluções literárias, interpretações engendradas pelo narrador no momento da composição. Dessa maneira, influenciou decisivamente as correntes mais progressistas da história oral, que valorizam a singularidade de cada texto:

Cada pessoa, valendo-se dos elementos de sua cultura, socialmente criados e compartilhados, conta não apenas o que fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. As fontes orais são únicas e significativas por causa de seu enredo, ou seja, do caminho no qual os materiais da história são organizados pelos narradores para contá-la. Por meio dessa organização, cada narrador dá uma interpretação da realidade e situa nela a si mesmo e aos outros e é nesse sentido que as fontes orais se tornam significativas para nós.¹⁹

Nesse contexto, é aceitável supor que a história oral detenha certa literacidade. A rigor, pode-se dizer que tal literarização ocorre em dois momentos.

O primeiro deles é o próprio ato de narrar, quando o colaborador/entrevistado adquire consciência de que está deixando um testemunho – inicialmente oral, mas que será registrado e transposto para o código escrito, legitimador. Assim, à seletividade e ao esquecimento, somam-se manipulações conscientes, deliberadas,

¹⁸ Que o oralista pode representar por meio de seu trabalho com o texto.

¹⁹ KHOURY, Y. A. “Narrativas orais na investigação da História Social”. In: *Projeto História*, PUC-SP, São Paulo, junho de 2001, nº 22, p. 84.

fantasiosas, que rumam à criação de um retrato positivo de si mesmo. Bosi (1997), aliás, garante que, por mais que o material histórico esteja presente na narração, o modo de narrar é sempre ficcional.

O segundo momento de literarização se dá no ato de transcriar, quando o oralista interfere efetivamente nas entrevistas, confeccionando o documento escrito em três passos: 1) transcrição absoluta da entrevista, com o registro completo de ruídos, repetições e vícios de linguagem; 2) textualização, que suprime elementos desnecessários e incorpora as perguntas à fala do entrevistado, produzindo um texto unissonante; e 3) a transcrição, que recria plenamente o texto, transformando “*uma malha de perguntas e respostas em um texto, em uma malha ficcional*”²⁰. Lançando mão de recursos literários, devolve a ele o que as palavras meramente transcritas não dão conta de mostrar, como entonações, expressões irônicas e de duplo sentido; evidencia eventos significativos para a compreensão da entrevista, como o choro ou o riso; facilita a recepção do documento pelo público leitor, articulando blocos temáticos e padronizando variações lingüísticas.

Nesse momento, a interferência do oralista é clara, explicitada e assumida. Depois disso, o depoente recebe seu texto trabalhado, podendo indicar a necessidade de refação ou exclusão de partes dele. Reconhecendo-se no documento, autoriza seu uso público²¹, assumindo-se como alguém que efetivamente colaborou para o trabalho de um autor, o oralista.

De modo geral, o trabalho de transcrição é visto com muita curiosidade e interesse por profissionais que não o praticam. Mostrar as incidências, o grau de interferência do oralista sobre a fala do outro e as técnicas literárias utilizadas é tarefa que está por ser feita. À guisa de exemplificação, podemos citar o habitual expediente de emular as lágrimas do colaborador por meio de frases como “*eu até choro quando me lembro disso...*”.

Isso também garante o pendor explosivo, provocador e transformador dessa nova História Oral, principalmente de Passerini, Portelli e Meihy. Para sua narrativa de vida – produzida pelo historiador, mas sempre atribuída ao outro – concorrem elementos históricos e literários, resultando em um texto criativo e germinal em sua essência, “*feixe vivo de ficcionalidades*”, “*intransitividade viva*”²⁰. Não somente sujeito e história se cruzam, mas se cruza um outro, *outro* em sua essência, que forja a realidade como texto e o texto como realidade.

Assim, ler a história da vida como texto, estudando sua estrutura forma, é necessário. Até porque

em algum lugar do curto ou longo processo de mediação entre as fontes e o conhecimento histórico, verifica-se necessariamente uma narrativa, seja que as fontes já contam (testemunhos oculares, Res gestae, diários),

²⁰ CALDAS, A. L. “Transcrição em História Oral”. In: *NEHO - História: Revista do Núcleo de Estudos em História Oral, Núcleo de Estudos em História Oral*, São Paulo, novembro de 1999, nº 1, p. 75.

²¹ Essa é a resposta suficiente às acusações de que certos oralistas criam ou alteram arbitrariamente o conteúdo dos textos: a etapa de conferência e autorização. O historiador organiza o ato de narração e a narrativa textual.

seja que uma historiografia fundamental conta histórias segundo fontes não narrativas (epígrafes, memorandos, programas).²²

Porém, o estudo da estrutura textual deve funcionar apenas como um primeiro passo para o trabalho de interpretação da história de vida, já que considera apenas a face material do texto, à qual seu conteúdo é articulado de forma inseparável. A atenção ao conteúdo não dispensa o olhar demorado e necessário sobre o nível estético das histórias de vida, sobre as formas de expressão utilizadas e autorizadas – como se estas fossem irrelevantes. O oralista deve ter e utilizar habilidades para analisar a história de vida inicialmente em sua matéria – texto –, para depois se mover em direção aos seus temas, conteúdos e processos formativos, sem desprezar a estrutura ontológica da expressão produzida e/ou reconhecida por seu entrevistado.

É possível notar que recentemente a atenção dispensada à relação entre formas e conteúdos tem aumentado:

Nestes últimos anos, as atenções se voltaram justamente para o parentesco existente entre a escrita histórica e a escrita ficcional. Ambas pertencem à categoria das narrativas, e toda história, inclusive a menos factual, a mais estrutural, constrói suas entidades, suas temporalidades e suas causalidades da mesma forma que a narrativa de ficção. A partir dessa constatação, totalmente justificada, há o risco de chegar-se a outra, que dissolve o status de conhecimento da história e a identifica às obras de imaginação. Ora, a história do tempo presente, mais do que todas as outras, mostra que há entre a ficção e a história uma diferença fundamental, quer consiste na ambição da história de ser um discurso verdadeiro, capaz de dizer o que realmente aconteceu.²³

Há, porém, um risco ainda maior – e fatal – do que o apontado por Chartier, que seria agenciado pelo próprio historiador oral. Alguns deles afirmam que a publicação do texto resultante das entrevistas seja, em si e por si, não histórias de vida, mas a própria História. Assim, eximem-se a um tempo de trabalhar as fontes que criaram e de enfrentar o debate epistemológico com seus pares, contribuindo para o enfraquecimento da respeitabilidade da área. A entrevista, em vez de ser um meio para um estudo, torna-se o próprio estudo – ignora-se que o trabalho de pesquisa e documentação, sendo independente do estudo do analítico, não o dispensa ou substitui.

A possibilidade de realizar entrevistas de história oral com pessoas de grupos sociais distintos não exige o pesquisador da interpretação e da análise do material colhido. Falar de história democrática pode levar ao equívoco de se tomar a própria entrevista não como fonte – a

²² WEINRICH, H. “Estruturas narrativas na escrita da história”. In: LIMA, L. C. (org.) *A Literatura e o Leitor: Textos de estética da Recepção*. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 197-198.

²³ CHARTIER, R. “A visão do historiador modernista”. In: AMADO, J. & FERREIRA, M. M. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 217.

*ser trabalhada, analisada e comparada a outras fontes – e sim como história.*²⁴

O texto da entrevista de história oral, quando finalizado, torna-se um documento “em si”; portanto, deve ser interpretado e analisado como se faria com qualquer outra fonte histórica, ainda que considerando as especificidades do documento de origem oral. Ele não é um fim, mas um meio. Por vezes, há ausência de interpretação. Em outras, a interpretação da estrutura do texto – que pode efetivamente levantar questões lingüísticas e literárias. Mas nenhuma das duas atividades permite à pesquisa ser alcunhada como estudo histórico, no qual importa com prevalência o que é dito.

Essa postura é que tem encaminhado a crítica mais recente dirigida à História Oral. Oras, se o trabalho do oralista é apenas registrar momentos de entrevista, arquivando e disponibilizando ao público este trabalho, qual sua finalidade – sobretudo num tempo em que as tecnologias de gravação vêm sendo rapidamente disseminadas?

O historiador indispensável

Neste momento, quando algumas das principais batalhas pelo reconhecimento da história oral como prática legítima já foram cruzadas, outros tipos de crítica e questionamento se apresentam: afirma-se que a história oral está eternizando trivialidades e acontecimentos insignificantes; que está sendo instrumentalizada por grupos segregacionistas de minorias, diluindo sua ânsia democrática; que, junto com a psico-história, só serve para aumentar o interesse de novos alunos para a área de História; que os oralistas estão produzindo depositórios intermináveis de memórias, sem saber o que fazer com eles; mas, com ênfase, que o historiador oral é figura dispensável no processo de registro de memórias.

Como já dissemos, certos profissionais que reclamam o título de oralistas têm contribuído para essa percepção negativa. Porém, mesmo em vistas da flexibilidade teórica que a História Oral ainda permite em nossos dias, essa postura é inadequada. Um dos axiomas fundamentais para os oralistas é que o trabalho de execução de entrevistas jamais deve ser confundido com a história oral; é somente seu primeiro passo.

Além disso, é certo que a primeira identidade da História Oral é atribuída ao historiador: o documento não é colhido e utilizado, mas produzido dialogicamente, a partir do estímulo do profissional. É ele quem pode distinguir o que de individual, numa história ou pessoa, tem relevância social. Ele tem a função e a habilidade para eleger a conexão entre a experiência individual e a reserva de memória coletiva.

A primeira palavra na entrevista, ademais, é sempre dele – uma pergunta. Há autores, como Rosenthal, que afirmam que o pesquisador deve estar em tudo ausente do trabalho: sem fazer perguntas ou interromper discursos, já que isso impediria a organização do discurso a partir da *gestalt* do próprio narrador. Mesmo assim, essa é uma postura deliberada, assumida, explicitada pelo autor.

²⁴ ALBERTI, V. *Ouvir contar: Textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 46.

Nos demais casos (a maioria), encontro de dois *selves*, é o pesquisador que pede aprofundamentos em determinadas questões, que traz ao centro temas que de outro modo seriam laterais – desde a seleção do conteúdo do trabalho até as questões da entrevista. Não é apenas um receptáculo a serviço de um narrador, e sim autor no sentido mais alargado: um mediador de discursos. Para Portelli, o texto é sempre resultado de encontros de trabalho culturais e pessoais, "*um discurso dialógico, criado não somente pelo que os entrevistados dizem, mas também pelo que nós fazemos como historiadores – por nossa presença no campo e por nossa apresentação do material*"²⁵.

O historiador oral, portanto, não *recolhe* aquilo que em si já é latente, mas estimula de forma participante a própria eclosão de um texto. A documentação a que chega é resultado de seu trabalho, ativo e colaborativo, e não de um mero resgate técnico. Ele não procede com a materialização da memória, mas atua como recriador, autor do documento que precisou da colaboração do outro para construir um discurso.

É *outra*, portanto, a postura teórica que está em jogo quando se diz que a marca distintiva da História Oral pura é o texto integral. Jamais se disse que ele substitui o trabalho de análise, nem que ele é a própria História.

A postura que *esta* História Oral reclama afirma, efetivamente, sua origem na oralidade, mas só se realiza completamente no texto escrito pelo historiador. Dentro de um único trabalho de História Oral, há, nesse sentido, dois grandes blocos de texto: 1) o que resulta das entrevistas; e 2) o que resulta de seu trabalho com as entrevistas.

Em um como em outro caso, a função do historiador é indispensável. No primeiro, ele tem tarefas como organizar sentidos, facilitar a legibilidade e relembrar a origem oral do texto que está sendo produzido. De modo geral, reagrupa fragmentos de histórias – que podem ter sido contadas inúmeras vezes, mas nunca da forma como o oralista *faz contar*. Nunca "*em seqüência, como um todo coerente e organizado: o avô ou a avó que põe um neto ou neta em seu colo para lhe contar a história de sua vida é uma ficção literária*"²⁶.

Desse modo, a cientificidade dessa etapa em História Oral residiria justamente em sintetizar histórias em uma narrativa completa e coerente, resultante de uma interlocução de subjetividades, onde o papel do historiador é decisivo²⁷. Transpondo o texto de um código para outro, ele atua como intérprete (como Caldas, 1999a, 2001, aprofunda de forma incisiva) – e ao assumir esse papel e evidenciar seus meandros, restaura a objetividade cara às ciências.

Ainda considerando a noção de interlocução de subjetividades, é o oralista – só ele – que pode prosseguir com a interpretação do texto da entrevista, recobrando suas subjetividades. Entender tudo como texto – como linguagem –, possibilidade tipicamente pós-moderna, permite ler a história de vida a partir de sua lógica interna,

²⁵ PORTELLI, Alessandro. "História Oral como gênero". Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. In: *Revista Projeto História*, nº 22, São Paulo, junho de 2001. p. 10.

²⁶ PORTELLI, "História Oral...", p. 11.

²⁷ GEERTZ, C. *Obras e Vidas: O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

atenuando a importância do *vivido* e priorizando o *acontecimento*: o *evento*. É isso Marc Bloch (2001)²⁸ e seus companheiros da revista dos *Annales* já propuseram, revolucionariamente. E é também o que Bosi (2003) propõe como acontecimento motivador das operações textuais – algo que o sujeito sinta como um acontecer para ele. O *evento* pode ser fato ou coisa (desde que seja coisa em relação ao sujeito, não em si mesma); em termos espaciais e temporais, é evento enquanto é um agora do sujeito, absorvido no seu tempo, não em um passado.

O historiador, com sua técnica de formação, com a clareza sobre o estatuto da entrevista, e principalmente com a experiência de campo, é essencial e insubstituível para interpretação, para um interpretar que não é

*ficar no âmbito das falas, não é documentar ou entrelaçar os assuntos, muito menos contar a história conjunta ou a história do texto, não é, como todo aluno faz, contar com suas palavras a história do texto, ou dizer aquilo que o texto diz com outras palavras.*²⁹

Em termos práticos, a postura que se espera de um trabalho para o qual a documentação oral é central é tão evidente quanto escorregadia: que toda a interpretação e discussão conceitual e historiográfica seja secundária – no sentido, e apenas nesse sentido, de que ela deve emergir do texto da entrevista, não se posicionando aprioristicamente.

Recentemente, aliás, Meihy³⁰ tem proposto que a própria formulação do projeto se submeta a uma entrevista ponto-zero, que evidencie a reserva de memória que um certo sujeito – que sabe mais sobre o grupo de pertencimento desejo – mantém. A partir do texto resultante desse diálogo, devem ser levantados três temas prioritários, que deverão ser necessariamente projetados na rede de colaboradores montada. Assim, a família temática deve guardar estreita conexão com as pessoas procuradas.

Só depois do núcleo documental consagrado, com a análise inicial das entrevistas e a percepção de seu tom vital, devem ser estabelecidos os diálogos possíveis com a historiografia e os aportes de outras ciências. O próprio núcleo é que aponta as possibilidades de diálogo e encaminha para as necessárias ilações entre discurso individual e discurso histórico. Se se superou a idéia de que a entrevista sempre se opõe a historiografia, passou-se a exigir que a citação, dentro do trabalho de História Oral, saia do núcleo documental.

É com a renúncia à interpretação que não se pode prosseguir. Ela tem caracterizado a “*fase mais recente, de um longo roteiro de não-legitimação da história oral*”³¹. O esforço de certos historiadores em reconhecer e divulgar testemunhos, sem reconstruí-

²⁸ BLOCH, M. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. [1949] Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

²⁹ CALDAS, A. L. *Oralidade, texto e história: Para ler a história oral*. São Paulo: Loyola, 1999, p. 111.

³⁰ Em discussões embrionárias no NEHO-USP (Núcleo de Estudos em História Oral).

³¹ VANGELISTA, C. “Da fala à história: Notas em torno da legitimidade da fonte oral”. In: LOPES, A. H.; PESAVENTO, S. J. & VELLOSO, M. P. *História e Linguagens: Texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 185.

los historicamente, vem desvalorizando seu próprio ofício.

A obsessão da memória, diagnosticada em nosso século, não se manifesta apenas em inúmeros projetos de registro que geram depósitos intermináveis de memórias – registradas, arquivadas e disponibilizadas, sem que se saiba exatamente o que fazer com aquilo. Manifesta-se, também, na História Oral que se satisfaz em registrar.

Em nome da sobrevivência do próprio ofício, todo historiador oral deve ter em conta que não trabalha pela memória/entrevista, mas a transforma em história/análise, cruzando redes, entre si ou com outros textos.

Se, na transformação da entrevista em documento histórico, e na passagem da fala à história, o historiador renunciar à sua ferramenta crítica, tornando-se mediador, tradutor ou porta-voz de suas próprias testemunhas, se consumará a negação da história. Estaremos condenados, de fato, a uma perpétua sincronia e, conseqüentemente, ao esquecimento de nosso passado.³²

Se a História Oral não considerar a entrevista como *meio* para uma análise que seja *fim*, talvez possa ter seu escopo de atuação drasticamente reduzido. E, por outro lado, se resolver esta questão, voltará ao posto para responder ao próximo argumento contra ela. Aguardemos.

RESUMO

Partindo do pressuposto de que a História Oral caminha em direção à afirmação disciplinar, o artigo recupera diferentes posições acadêmicas colocadas diacronicamente e sincronicamente acerca do lugar da oralidade no registro e na análise de temas contemporâneos. Ultrapassando a noção de confiabilidade da fonte oral e adotando, em seu lugar, o paradigma da subjetividade, o texto discute criticamente seu estado da arte e seu estatuto particular dentro das ciências sociais. Qualifica ainda a função do historiador oral - ou oralista - no processo de estabelecimento e análise documental a partir de entrevistas.

Palavras-chave: Fonte oral; História Oral; Subjetividade; Formas da memória.

ABSTRACT

Starting from the pretext that the Oral History walks towards the disciplinary affirmation, the article recovers different academical positions situated diachronically and synchronically about the place of the orality in the record and analysis of contemporary themes. Overtaking the notion of trustworthiness of the oral source and adopting, instead of it, the paradigm of subjectivity, the text discusses critically its state of the art and particular statute inside the social sciences. It qualifies yet the function of the oral historian - or oralist - in the process of documental establishment and analysis from interviews.

Keywords: Oral source; Oral History; Subjectivity; Memory forms

Artigo recebido janeiro de 2008. Aprovado em abril de 2008.

³² VANGELISTA, C. “Da fala à história: Notas em torno da legitimidade da fonte oral”. In: LOPES, A. H.; PESAVENTO, S. J. & VELLOSO, M. P. *História e Linguagens: Texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 192.